



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Ex. mo. Senhor Presidente da

Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação

Assunto: Audição sobre a problemática do Glifosato

Com 374 votos a favor, 225 contra e 102 abstenções, o Parlamento Europeu aprovou no passado mês de Abril a renovação da licença de utilização do glifosato em agricultura no espaço da União Europeia por mais sete anos. Tendo em conta que a licença do glifosato expira em junho do presente ano, o próximo passo será a votação do Comité Científico no dia 18 de maio, que aprovará ou rejeitará a proposta da Comissão, por maioria qualificada. Se tal não acontecer, caberá à Comissão Europeia decidir a renovação da autorização de utilização do glifosato.

A Organização Mundial de Saúde considerou que o glifosato é composto por substâncias “provavelmente cancerígenas para o ser humano”. Já a Agência Europeia para a Segurança Alimentar (EFSA) tem vindo a defender que “o alegado potencial carcinogénico não está ligado ao glifosato, mas a um coformulante (taloamina) em certos produtos fitofarmacêuticos que evidenciou um potencial genotóxico.” No entanto, em documento da Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro (IARC) - agência especializada da Organização Mundial de Saúde - datado de 1 de Março de 2016, também o glifosato puro causou cancro em animais de laboratório:

«Quanto aos estudos experimentais com glifosato “puro”, a Monografia concluiu que os indícios de causa de cancro em cobaias são “suficientes” e que os indícios de causa de genotoxicidade são “fortes”.»

Segundo dados de conhecimento público, embora exista um plano de monitorização anual que testa a presença de resíduos de mais de 300 pesticidas, o glifosato tem sido excluído das análises. A situação verifica-se também no controlo da água de consumo, uma vez que o glifosato não está incluído na lista de substâncias a pesquisar pelas entidades fornecedoras.

Nestes termos, face à importância do assunto e da necessidade de os Deputados disporem de um conhecimento mais aprofundado sobre o tema e, tendo em conta que o assunto é conexo a várias Comissões Parlamentares (Comissão do Ambiente,



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, Comissão de Agricultura e Mar, e Comissão de Saúde), o Grupo Parlamentar do PCP vem requerer que se promova a Audição na Comissão a que V. Exa preside, de forma articulada com as restantes duas Comissões, das seguintes entidades (sem prejuízo das entidades já aprovadas para o efeito na Comissão de Agricultura e Mar):

- **APA - Agência Portuguesa do Ambiente;**
- **DGAV / INIAV;**
- **Direção Geral de Saúde;**
- **Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge**
- **ASAE.**

Palácio de São Bento, 17 de maio de 2016

As Deputadas,

Ana Mesquita

Paula Santos